



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XL nº 355 - Janeiro / 2009

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595
ECT/DR/RJ
AEPET

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA
CORREIOS

Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

FERNANDO SIQUEIRA: "PRÉ-SAL PODE SER A REDENÇÃO DO BRASIL"

URGE A REVISÃO DA LEI 9478/97 E PÔR FIM AOS LEILÕES DA ANP

O diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, em palestras que vêm realizando pelo País, tem chamado a atenção de nossas autoridades e da sociedade brasileira sobre a importância do País não perder a "oportunidade de ouro" de usar toda a reserva do pré-sal como estratégica de geopolítica internacional, desenvolver o Brasil com agressiva geração de empregos, impedir a produção predatória das reservas [estimadas em 90 bilhões de barris], garantir a produção dentro de uma estratégia energética nacional, gerenciar a produção de blocos contíguos, elevar a participação da União para o nível internacional, entre outras. Para ele, o País tem que aproveitar a melhor oportunidade da sua história, mas precisa mudar o marco regulatório atual e eliminar os leilões da ANP, que abrem o território nacional para inúmeras empresas, notadamente as estrangeiras. Se o petróleo, incluindo o pré-sal, for propriedade da União, conforme manda a Constituição e contratado com a Petrobrás, tal problema será fortemente reduzido. Para tanto, urge a revisão da Lei 9478/97 e o fim dos leilões do nosso petróleo (óleo e gás).

Siqueira, no segundo semestre de 2008, realizou várias palestras no Rio Grande do Sul, o que resultou na formação de um grupo de trabalho na Assembleia Legislativa daquele estado. Fez encontros na Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris); em Brasília, com o GT do Rio Grande do Sul se reuniu com os presidentes do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União. No II Congresso Mundial dos Engenheiros, Siqueira fez uma palestra preliminar sobre o pré-sal. E outra durante o congresso. Recentemente, também foi convidado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas) para proferir palestra semelhante.

Ele ressaltou que, hoje, os brasileiros tem muito mais motivos do que os pioneiros da campanha "O petróleo é nosso" [décadas de 1940 e 1950] para a defesa dessa riqueza que poderá tirar o País do atoleiro e

ser o mais viável do planeta. "Na década de 50 foi feito o maior movimento cívico da nossa história. E o petróleo era só um sonho. Hoje, ele é uma realidade muito acima de todas as expectativas. Temos muito mais motivos para defender essa fantástica riqueza que é, e tem que ser, nossa. É uma questão de soberania".

Quais temas têm sido abordados nas suas palestras pelo País?

Tenho sustentado que o petróleo ainda é uma matéria-prima concentradora de energia, altamente eficiente, manuseável, transportável, entre outros pontos positivos. Nesse sentido, o mundo ainda se encontra por demais dependente desse produto – é uma dependência irresponsável porque ele é finito. Quando se fala que o etanol pode substituir o petróleo, esquecem de ressaltar que ele pode substituir uma das funções do petróleo, que é a queima de motor de explosão, a pior de todas. O petróleo, além de ser utilizado em 90% no transporte de alimentos e pessoas, ele é também matéria-prima para a produção de mais de três mil produtos.

Mas é possível encontrar uma outra saída ao petróleo?

É possível, mas serão necessários cerca de 25 anos de altos investimentos em pesquisa, pelo menos. É enorme a dependência mundial do petróleo: Para cada carro que fabricam, os EUA gastam 28 barris de petróleo; cada computador pessoal, três barris. Assim, os Estados Unidos da América do Norte se encontram numa situação extremamente grave, pois têm uma reserva de 29 bilhões de barris e gastam cerca de 10 bilhões anualmente [8 bilhões internamente e 2 bilhões nas suas bases militares e corporações espalhadas pelo mundo]. Esta é uma das poderosas fontes de lobby para que não se altere o marco regulatório atual do setor petrolífero nacional, porque ele beneficia os EUA e as suas corporações petrolíferas.

Continua na pág 3



"As irmãs do petróleo estão fadadas a morrer nos próximos cinco anos, segundo noticiou o jornal "Financial Times", em 2008. Essas corporações só detém, hoje, cerca de 3% das reservas mundiais de petróleo. Nesse sentido, elas não sobreviverão por mais cinco anos. Essas multinacionais estão desesperadas atrás de petróleo, daí o forte lobby que promovem para que não se altere o atual marco regulatório [Lei 9478/97]."

(Fernando Siqueira)

PAULO BRANDÃO: "DESREACTUAÇÃO CRESCE, POIS OS PARTICIPANTES DESCOBRIRAM QUE FORAM ENGANADOS"

Em entrevista ao "AEPET Notícias", o conselheiro eleito da Petros, Paulo Teixeira Brandão, fez uma análise sobre a atuação dos conselheiros eleitos pelos participantes, a situação conturbada vivida pela Petros, após os dois processos de "reapactuação" e a crise do sistema financeiro internacional. Ele elencou alguns motivos que têm despertado o interesse dos participantes pela "desreapactuação".

(Pág. 4)

PARA ONDE VAI A RIQUEZA GERADA PELA PETROBRÁS (I)

O preço do barril de petróleo tem sido motivo frequente de discussões, seja devido ao preço da gasolina, seja pela viabilização do pré-sal. Quando estes debates ocorrem, um dos primeiros assuntos mencionados é o custo de extração do petróleo.

(Artigo de Diomedes Cesário, Pág. 3)

Editorial

UMA CRISE CONVENIENTE

A crise atual do capitalismo foi muito benéfica aos EUA. *Exemplos:*

- 1)** O mundo se conscientizara de que o dólar é uma moeda falsa, pois até 1971, quando ele era garantido por lastro-ouro, colocado no Forte Knox, havia cerca de US\$ 3 trilhões emitidos. Quando Nixon acabou com essa obrigação, se estima que foram emitidos mais 45 trilhões, sem qualquer garantia. O Banco Central dos EUA (FED) e suas 12 filiais, responsáveis pela emissão de dólar, são privados. Assim, o dólar vinha despencando em relação às demais moedas. Com a atual crise, os investidores optaram pelos os títulos públicos americanos e o dólar ressuscitou;
- 2)** os bancos americanos estavam sendo adquiridos pelos fundos soberanos dos países exportadores de petróleo e da China. A crise fez o preço do petróleo despencar e os fundos soberanos viram sua fonte de recursos minguar;
- 3)** A queda do petróleo aliviou as contas dos EUA, pois eles importam cerca de 70% do seu consumo;
- 4)** A cotação do petróleo trouxe dúvidas sobre a viabilidade do pré-sal, facilitando a campanha dos lobistas internacionais pela manutenção da Lei 9478/97, que lhes dá a propriedade do petróleo brasileiro. Os EUA não fabricaram uma crise contra si, mas a fomentaram ao espalharem títulos podres mundo afora, escudados na sua capacidade industrial e tecnológica para se recuperarem rapidamente. Os outros, que se danem.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / Vice: Felipe C.C. Coutinho

Administrativo: Ruy da S. Gesteira / Vice: Roldão M. Fernandes

Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / Vice: Henrique Sotoma

Cultural: Silvio Sinedino / Vice: Ricardo Latgé M de Azevedo

Dir. da área de acompanhamento jurídico: Sydney Reis Santos

Vice: Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-

Macaé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL:

Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos

Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco:

Adelmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)

Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Mestre Artes Gráficas

Tiragem: 20 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Dir. de Assuntos de Pessoal



1 – Posse da nova Diretoria eleita (triênio 2009/2011):

No próximo dia 26/01/2009 (segunda-feira), às 18:00, horas no auditório do 25º andar do Clube de Engenharia.

Na ocasião serão empossados os membros eleitos para a Diretoria e o Conselho Fiscal da AEPET (triênio 2009/2011). Também será prestada homenagem aos ex-diretores da entidade, falecidos no ano de 2008:

Heitor Manoel Pereira – Presidente

Ruy da Silva Gesteira – Diretor

Sydney Reis Santos – Diretor.

Também nessa ocasião serão entregues os títulos de sócios honorários ao Governador Roberto Requião e ao Dr. Antonio Castagna Maia.

2 – Carta ao presidente Gabrielli sobre salários dos engenheiros da Empresa:

Em 01/10/2008, a AEPET enviou carta ao presidente da Petrobrás, José Sergio Gabrielli, a respeito dos baixos níveis de remuneração dos engenheiros da empresa, em comparação com os salários de outras estatais. Como a AEPET não recebeu resposta, em 27/11/2008 a entidade reiterou sua carta. Em 09/12/2008, recebemos uma resposta do Gerente de Remuneração e Benefícios, Sr. Erico Dias Rodrigues, com explicações sobre o assunto. Tal resposta não foi considerada satisfatória pela AEPET, que está preparando uma contrarresposta ao mesmo.

3 – Empregados que se aposentam pelo INSS:

Face às inúmeras reclamações que a AEPET tem recebido de empregados que se aposentaram pelo INSS, mas continuam trabalhando na empresa, e perderam a A.M.S. ao se afastarem por determinado tempo. Estamos preparando expediente sobre o assunto para a diretoria da Petrobrás.

4 – Plano UNIAEPET:

O plano UNIAEPET deverá ter novidades a partir de março de 2009. Estamos negociando com a Vectorial, corretora do plano, novas facilidades, além de novos convênios disponibilizados aos associados e seus dependentes.

Deu no AEPET ::DIRETO (13101109)

LEVANTAMENTO MOSTRA QUE APOSENTADORIAS RURAIS, QUE NÃO CONTRIBUEM COM A PREVIDÊNCIA, REPRESENTAM 35% DOS BENEFÍCIOS EM 2008

Levantamento do Ministério da Previdência mostra o peso das aposentadorias rurais nas contas do setor. Até novembro, elas representam 35% de todas as aposentadorias concedidas em 2008. Considerando apenas os dados das aposentadorias por idade - a maior parte delas -, 197.805 foram concedidas para trabalhadores urbanos contra 307.322 para os rurais. No total, incluindo também as aposentadorias por tempo de contribuição e por invalidez, foram 328,6 mil benefícios rurais e 611.807 urbanos, ano passado (de um total 940,4 mil benefícios). Somente em novembro, a Previdência concedeu 30,2 mil aposentadorias rurais por idade, contra 18,6 mil aposentadorias urbanas por idade. O setor rural é responsável por 82,5% do déficit da Previdência Social: em novembro, o déficit anual estava em R\$ 38,8 bilhões, sendo o déficit rural de 32 bilhões, por não ser exigida uma contribuição do agricultor que opta pelo benefício por idade. (...) **Enquanto não se muda a Constituição**, o governo diz que não resta outra opção a não ser cumprir a lei: cabe ao Estado custear as aposentadorias rurais. (O Globo/Cristiane Jungblut) **Confira abaixo a carta do conselheiro eleito da Petros e diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, sobre esta matéria, enviada ao Jornal O Globo.**

FERNANDO SIQUEIRA ENVIA CARTA AO JORNAL O GLOBO

“Prezados senhores,

Em face da matéria sobre aposentadorias rurais, da Cristiane Jungblut, do dia 10/1, página 4, gostaria de comentar o seguinte: o vosso jornal, com a tradição que tem, e sendo uma concessão pública, deve zelar pela correção da informação. Mais uma vez o jornal omite que, na Constituição de 1988, ao criar a aposentadoria para quem não contribui, os constituintes criaram a devida fonte de custeio para pagá-las: o PIS/Cofins e a CSLL. Ocorre que o Ministério da Fazenda arrecada essas contribuições e não as repassa para a previdência, usando-as para pagar os maiores juros do mundo ao sistema financeiro. Assim, gera-se um falso déficit da previdência. E, o pior: a matéria defende a extinção da aposentadoria via mudança constitucional. Como extinguir um dos melhores instrumentos de redução das desigualdades sociais no país? Para encher os cofres dos bancos? (Fernando Siqueira - Engenheiro aposentado)”

ENERGIA É SOBERANIA





Continuação da pág 1

FERNANDO SIQUEIRA: "PRÉ-SAL PODE SER A REDENÇÃO DO BRASIL"

Há outras fontes de pressão para que não se altere a Lei 9478/97?

Uma outra fonte de pressão sob o governo brasileiro são as irmãs do petróleo, que estão fadadas a morrer nos próximos cinco anos, segundo noticiou o jornal "Financial Times", em 2008, porque suas reservas caíram para cerca de 3% apenas das reservas mundiais de petróleo.

Nessa situação, elas estão se fundindo buscando desesperadamente novas reservas. Daí o forte lobby que promovem para que não se altere o atual marco regulatório [Lei 9478/97]. Contando com a ajuda dos lobistas [entreguistas] nacionais, as multinacionais estão fazendo uma campanha pesada usando todos os recursos que dispõem, como fizeram na campanha pela quebra do monopólio estatal do petróleo, iniciada em 1995.

Um exemplo é a campanha para passar a ideia de que a Petrobrás está em dificuldades financeiras. Tal campanha conta com a colaboração do atual Conselho de Administração da estatal, que é integrado por representantes do setor financeiro privado e internacional.

A estratégia para desmoralizar a companhia tem como objetivo entregar o pré-sal para empresas privadas, notadamente estrangeiras anglo-saxônicas.

Outra campanha sórdida foi promovida pelo Instituto Ethos, que disse que o diesel produzido pela Petrobrás tem um teor de enxofre acima do previsto pela Resolução Conama 315/2002. Alegam, inclusive, que a poluição de São Paulo é culpa da Petrobrás, mas não dizem que a poluição daquele estado não tem a ver com nível de enxofre, mas sim de poeira, ozônio e gás carbônico. Ou seja, é uma falácia, uma campanha orquestrada.

A Petrobrás fez um empréstimo na Caixa Econômica e virou um escândalo. Mas no entanto, a empresa norte-americana AES pegou US\$ 2 bilhões no BNDES, e não pagou. Não houve escândalo nenhum. Uma empresa estrangeira pode vir aqui, dar um calote, mas a Petrobrás, uma empresa brasileira, que tem o pré-sal para redimir o País, tem seu empréstimo na Caixa Econômica considerado ofensivo.

Em 2003, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou, no dia 12/03/03, o encaminhamento de requerimento ao então ministro de Luiz Fernando Furlan, para obter informações sobre os termos do acordo que permitiu a compra da Eletropaulo e da Compa-

nhia Energética de Minas Gerais (Cemig) pela empresa norte-americana AES com financiamento do BNDES, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em fevereiro daquele ano, segundo noticiário da imprensa, a AES não honrou o pagamento de uma parcela de US\$ 320 milhões, conforme observou Hélio Costa.

Como fica a conjuntura nacional com a descoberta do pré-sal?

Com o pré-sal, o Brasil tem uma estimativa de reservas de 90 bilhões de barris, que acrescidas aos atuais 14 bilhões se elevam para 104 bilhões de barris, indo para a quarta colocação em reservas mundiais. Os primeiros colocados estão no Oriente Médio.

Por conta de o Brasil ter perspectivas de ser um "novo Iraque" na América Latina, os EUA ativaram a IV Frota, o que, na melhor das hipóteses, é uma forma de pressão psicológica sobre o governo brasileiro para que não mude o atual marco regulatório.

Um outro ponto que tenho destacado nas palestras é quanto à pressão, pretendida pelos lobistas, para que se explore logo o pré-sal. Não podemos ser açodados na exploração do pré-sal, pois a Petrobrás domina e tem tecnologia suficiente para desenvolver aquela área. Se o desenvolvimento for feito corretamente, o pré-sal pode durar até 40 anos. Se forem feitos leilões apresados, ele acaba em 13 anos.

E outro aspecto que contradiz os apressados, é que nós temos autossuficiência por dez anos, sem nenhuma necessidade de correr na exploração do pré-sal.

E a Lei 9478/97?

A Lei 9478/97 é incoerente, pois têm três artigos concordantes com a Constituição (3º, 4º e 21) e um [o artigo 26] que contraria todos os três e à Constituição, na medida em que estabelece que o concessionário que produzir o petróleo passa a ser o dono. O petróleo só tem um dono: o povo brasileiro, que é representado pela União Federal.

Se o petróleo for da União, como manda a Constituição, o País tem a seguinte vantagem: o governo pode usar o petróleo como estratégia de geopolítica, podendo combinar o fornecimento do bem para um país do Primeiro Mundo e exigir algumas vantagens como contrapartida: aprovação da presença do Brasil na ONU (Organização das Nações Unidas), redução dos subsídios agrícolas, entre outras.

Então, se o governo brasileiro utilizar o petróleo como manda a Constituição, ele pode administrar esse petróleo, obtendo vanta-

gens para o povo brasileiro. Se for uma empresa estrangeira a proprietária do nosso petróleo, beneficiada pela Lei 9478/97, o povo brasileiro não ganhará nada com isso. Somado a isso, ainda há o decreto 2705/98, que dá uma participação ínfima à União no produto da lavra – menos da metade da média mundial.

Uma outra questão importante, é que a produção de petróleo não seja acima da capacidade dos reservatórios, ou seja, não seja predatória. Se não houver um controle, a produção poderá ser acima do que a hidrodinâmica dos reservatórios permite. Esses escoamentos excessivos poderão prejudicar, irreversivelmente, os reservatórios. Se não houver controle, uma empresa estrangeira, querendo recuperar os seus investimentos o mais rápido possível, danificará os reservatórios. Elas não estão preocupadas em preservar a vida dos reservatórios, mas sim lucrar com eles, extraindo e o máximo o mais rápido possível.

Se os leilões da ANP incluem o pré-sal, qual seria a média de vida daquela área?

Na hipótese de várias empresas estrangeiras arrematarem blocos, em leilão da ANP, supondo que o mercado internacional seja capaz de fornecer equipamentos para todo mundo (hoje não é), o petróleo do pré-sal acaba em 13 anos, após a produção de todas as empresas concessionárias. Essa é uma situação totalmente contraproducente diante de uma estratégia nacional.

Se o pré-sal tiver um tratamento correto, a relação reserva-produção, dentro das necessidades brasileiras, o pré-sal poderá durar de 30 a 50 anos. Esse é o tempo suficiente para o Brasil desenvolver um substituto ao petróleo. Da biomassa se pode tirar glicerina, e fazer uma indústria gliceroquímica – petroquímica com glicerina – e uma álcoolquímica – petroquímica com álcool. Então, juntando a glicerina com o álcool se pode fazer uma petroquímica que substitua 90% dos produtos oriundos do petróleo. Nesse sentido, o Brasil é o país dotado de todas as condições, pois tem água, terra e sol.

A água doce é uma questão preocupante, pois a Amazônia é o grande concentrador dessa riqueza [68%]. Diante dessa capacidade da Amazônia de gerar energia da biomassa, podemos concluir o porquê de tantos gringos estarem adquirindo terras naquela rica região brasileira.

Continua na pág 4

Geopolítica do Petróleo



PARA ONDE VAI A RIQUEZA GERADA PELA PETROBRÁS (I)

Diomedes Cesário *

O preço do barril de petróleo tem sido motivo freqüente de discussões, seja devido ao preço da gasolina, seja pela viabilização do pré-sal. Quando estes debates ocorrem, um dos primeiros assuntos mencionados é o custo de extração do petróleo. Como o próprio nome diz, isto se refere apenas à retirada do petróleo do reservatório, após o longo caminho da descoberta e aprendizado tecnológico, não incluindo depreciação de investimentos, custos financeiros e outros. Apenas um poço na área do pré-sal custa cerca de US\$ 60 milhões; no pioneiro foram gastos US\$ 250 milhões.

Segundo a Petrobrás, no segundo e terceiro trimestre de 2008, este custo estava em cerca de US\$ 10 / barril. Com as participações governamentais o valor subiu para US\$ 31 / barril. A parcela governamental é calculada considerando-se o preço do petróleo no mercado internacional. Em 2007, o custo médio de extração estava em US\$ 7,7 por barril e US\$ 19,4 com impostos.

A Petrobrás não existe para exportar petróleo, mas para abastecer o País de derivados, garantindo seu desenvolvimento econômico. Faz pequena exportação do petróleo pesado excedente e importa algum leve para fechar seu balanço de refino. Portanto, é na venda de seus produtos nas refinarias que devemos nos deter.

Distribuição da riqueza gerada

Na discussão sobre o pré-sal, há uma corrente de opinião dentro do próprio Executivo, que afirma não ser mais a Petrobrás uma empresa do governo, por ter um elevado percentual de suas ações na mão de estrangeiros. Desde a venda das ações ordinárias da União em 2000 no governo FHC, a participação estrangeira passou a 38,5% do capital social (não existia em 1997 e era 20,4% em julho de 2000, antes da venda). Ultrapassa o valor da União Federal que, com 32,2% mantém o controle da empresa por deter 55,7% das ações ordinárias (eram 84% em 1999), que têm o poder de voto.

Apesar deste fato, que se espera ser corrigido pelo aumento da participação da União, a Petrobrás é uma empresa extraordinária para o País. Como lembrado pelo professor da USP e ex-diretor da empresa, Ildo Sauer, se subtrairmos do resultado da venda da Petrobrás no mercado interno os produtos e serviços que adquire de outros fornecedores, chegamos ao valor agregado por ela à economia do país.

Em 2007, este montante foi de 120 bilhões de reais. Mas, para onde foi distribuído? Desse total, 10,7% foram para o pagamento das despesas referentes a seus empregados (salários, encargos, planos de aposentadoria e saúde e participação nos resultados); 11,2% para as instituições financeiras e fornecedores (juros, variações cambiais e monetárias, aluguéis e afretamentos) e 19,4% para os acionistas (juros, dividendos e lucros retidos), sendo um terço de dividendos e juros, ficando o restante sob a forma de reserva de capital para investimentos. Notar, portanto, que os acionistas não recebem apenas dividendos, mas têm seu patrimônio elevado, pois dois terços do valor a eles destinados são reinvestidos na companhia.

Mas, e os restantes 58,7%? Foram destinados a pagamentos de impostos, taxas, contribuições, royalties, participações especiais para a União, Estados e Municípios. Em suma: quase 60% são pagos em impostos, sendo que seus investimentos garantem a descoberta de reservas de petróleo, abastecendo o país de derivados, movimentando a economia e gerando empregos. Da parcela destinada aos acionistas, dois terços são reinvestidos.

Diomedes Cesário da Silva é vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

3



ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: www.aepet.org.br

Para receber nosso informativo eletrônico entre em contato com a AEPET ou acesse www.aepet.org.br



4



Continuação da pág 3

FERNANDO SIQUEIRA: "PRÉ-SAL PODE SER A REDENÇÃO DO BRASIL"

Esse é um ponto importante para chamar a atenção da sociedade brasileira no sentido da defesa de mais dessa riqueza.

A realização do 10ª leilão objetivou manter a continuidade dos leilões da ANP, que são absolutamente nocivos à estratégia energética do País. O fiasco da 10ª Rodada mostrou aquilo que já prevíamos: não atraiu as grandes empresas petrolíferas mundiais. As empresas estrangeiras, até hoje, não apresentaram nenhuma proposta para novas áreas, só querem explorar áreas onde a Petrobrás já pesquisou, correu todos os riscos e investiu pesadamente.

Como o País ganha com a Petrobrás administrando o pré-sal?

A Petrobrás pesquisou sozinha, desenvolveu tecnologia, e descobriu o pré-sal. Nesse sentido, estamos com a proposta do ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, de que a União deve contratar a Petrobrás para desenvolver aquela estratégica região.

A vantagem da Petrobrás administrar o pré-sal, é que, mesmo ela tendo acionistas no exterior [suponhamos que 60% das ações estejam no exterior, na pior das hipóteses], pela lei das socieda-

des anônimas a Petrobrás só pode pagar 25% do lucro líquido, como dividendos. Então, se 25% forem pagos aos acionistas, os 60% desses acionistas receberão 15% de dividendos. O governo e a Petrobrás ficarão com os outros 85% para implementarem uma política nacional de desenvolvimento estratégico e social, como contratar plataformas e serviços no país, gerando empregos, investindo em educação, meio ambiente e cultura. Se for uma empresa estrangeira, ela leva todo o lucro para fora. No estágio atual, as empresas estrangeiras estão levando tudo para o exterior.

O que é a doença holandesa?

Os lobistas agora estão invocando a doença holandesa. Esta doença tem a ver com o momento histórico da descoberta de grandes reservas de gás pela Holanda, no Mar do Norte, na década de 1970. Aquele país se empolgou com a riqueza gerada com a exportação de gás e esqueceu de se desenvolver industrialmente, ficando numa situação complicada.

Tal experiência não se aplica ao Brasil. O que eles pretendem é passar a ideia, para o povo brasileiro, de que é mau negócio ter petróleo, pois os países detentores de petróleo estão em dificuldades. Nesse sentido, eu tenho

sustentado o seguinte: o Canadá é um país rico que explorou bem o seu petróleo. A Noruega soube explorar bem o petróleo, conseguiu ser o primeiro PIB/per capita do mundo, bem como criou o Fundo Soberano. Os EUA vivem há 150 anos com o petróleo, o que possibilitou enorme desenvolvimento. A Rússia quebrou economicamente quando desnacionalizou o petróleo, mas, hoje, renacionalizou a Gazprom e voltou a ser um dos países mais fortes do G-8 e exerce enorme influência sobre a Europa.

Logo, não há a menor dúvida que petróleo não é mal nenhum, petróleo é um corretamente que precisa ser bem administrado. A doença holandesa nada mais é do que uma falácia dos lobistas para tentar nos convencer de que é mau negócio ter petróleo. Ou então, pode ser o tal "complexo de vira-lata", onde o escritor Nelson Rodrigues revelou que o brasileiro fica acometido quando adquire uma coisa valiosa. O escritor dizia que o brasileiro apresenta tal complexo, na medida em que não se vê como merecedor.

Não há qualquer possibilidade de doença holandesa. A Petrobrás desenvolveu tecnologia nacional, gerando ou comprando tecnologia e a repassou para as

empresas brasileiras, chegando, com isto, a criar cinco mil fornecedores nacionais, competindo com as melhores empresas do mundo no estado da arte.

Com advento do Decreto 3161/99 (Repetro), o governo FHC isentou as empresas estrangeiras do pagamento de impostos, mas não fez o mesmo em relação aos fabricantes nacionais. Com isso, FHC desmantelou essas cinco mil empresas nacionais. Então, esse Repetro foi a destruição do parque industrial nacional. Mas essa situação pode ser revertida, pois a tecnologia está na mente de nossos técnicos, que com um mínimo de incentivo recupera o parque industrial brasileiro.

Assim, não há possibilidade de a doença holandesa ocorrer no Brasil, não só pelo passado industrial que tivemos, mas, sobretudo pela necessidade que o País tem de gerar emprego. Há mais de 60 milhões de pessoas no nível de miseráveis no país mais viável do mundo, é um absurdo.

Assim, o pré-sal, se obedecida a Constituição Federal, for entregue ao verdadeiro dono, a União que é o povo brasileiro, pode resolver todos os problemas econômicos, financeiros e sociais do país, devolvendo-lhe a condição de país mais viável do planeta. E acabando com a miséria vergonhosa. (JCM)

PAULO BRANDÃO: "DESREPACTUAÇÃO CRESCE, POIS OS PARTICIPANTES DESCOBRIRAM QUE FORAM ENGANADOS"

AEPET NOTÍCIAS: 1) Qual sua avaliação da atuação dos conselheiros eleitos em 2008 e quais as perspectivas para 2009?

Paulo Teixeira Brandão: Os Conselheiros eleitos por indicação do CDPP (Comitê em Defesa dos Participantes da Petros) honraram seus mandatos e tudo fizeram para evitar ou minimizar a consumação dos ataques aos direitos dos participantes, mas continuaram tendo dificuldades porque são apenas dois no Conselho Deliberativo.

Com relação a 2009, com a eleição de mais um Conselheiro indicado pelo CDPP no Deliberativo e mantendo, também a maioria no Conselho Fiscal, poderemos avançar muito e trabalhar para reverter o que foi atacado.

2) Na sua opinião, quais foram os motivos para o crescimento da "desrepectuação"?

A vontade de uma grande parcela dos que descobriram que foram enganados foi pela "desrepectuação", o que foi demonstrado pelo grande volume de consultas recebidas sobre "o que fazer para conseguir desrepectuar".

As motivações principais foram a descoberta da traição da empresa e de lideranças sindicais que os conduziram ao engano a que foram induzidos, porque: a) ficou claro que as mudanças, que aceitaram sem saber, acarretará a desvirtuação do Plano de Benefício Definido, em sua concepção clássica, porque o patrimônio coletivo acumulado, formado no modelo mutualista e solidário, não pode ser usado para pagar benefícios reajustados de formas diferentes e, ainda, a perda da característica segura de "complementar" pela desvinculação do benefício do INSS; b) ficou evidente que tudo foi fruto do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), inclusive o calote da dívida da Petrobrás com a Petros e das mudanças do Regulamento, cujos termos eram desconhecidos quando aceitaram optar por um novo contrato.

3) Os conselheiros eleitos, as lideranças e entidades de petroleiros, contrários à "repectuação", alertavam para os perigos que a Petros correria, caso se deixasse levar pelas premissas do sistema financeiro, com

a adoção do modelo CD. A atual crise financeira corrobora com os argumentos dos contrários à "repectuação"?

Com total certeza, pois o pânico que se estabeleceu foi significativo e os resultados apresentados nos anos anteriores, fruto da enganosa política neoliberal, não mais serão alcançados e a dita solução para equilíbrio atuarial da entidade, propalada após a assinatura do Termo decorrente do AOR, não acontecerá no fechamento do exercício de 2008 e ficará, mais uma vez, demonstrada a grande mentira.

4) Quais procedimentos o senhor acha que a atual direção da Petros deve adotar diante da atual crise econômica?

O momento é de extrema cautela, mas favorável para aplicações seguras e oportunas, bem como a manutenção pelos dirigentes executivos de uma política austera de aplicação sem risco e, principalmente, cobrar com o rigor exigido pela legislação o restante da dívida das patrocinadoras e, com isso, inclusive, evitar consequências por improbidade administrativa.



5) Quais as perspectivas em defesa do Plano Petros, para 2009?

A primeira é a próxima eleição de Conselheiros indicados pelo CDPP e referendados pela FENASPE e pela FNP. A segunda é de que a Justiça, da acionada, reconheça que existe ilegalidade grave na homologação das mudanças do Regulamento do Plano Petros BD e evite a catástrofe que se tornará a sua aplicação, o que promoverá, por parte dos participantes, grande demanda jurídica, porque terão seu patrimônio coletivo uno e indivisível desviado das finalidades para qual foi constituído.